

Verdades e mentiras

JORNAL DO BRASIL

WILSON FIGUEIREDO

16 JAN 1984

Que teria acontecido se, em vez de pedir uma definição da verdade, Pôncio Pilatos tivesse perguntado a Jesus Cristo: o que é a mentira? Provavelmente nada. O mundo seria como tem sido.

A mentira coleciona razões que não interessam à verdade. A primeira é que a dificuldade do mentiroso começa com ele próprio. É obrigado a se convencer do que diz (embora na primeira pessoa do singular não seja tão difícil assim). Na maioria das vezes, o mentiroso é o primeiro a se convencer, e não raro o último. As outras razões são dispensáveis.

A má impressão deixada pelos anões da CPI resultou da preocupação com a verdade ou com a verossimilhança, que é sua irmã de criação. Em condições normais, mesmo no Terceiro Mundo, sente-se o mentiroso nas primeiras palavras. Escuta-se por gentileza constrangida a sua versão, sem necessidade de fingir acreditar. O mentiroso acaba falando sozinho.

Condições especiais, porém, como a CPI ofereceu, dispensam boas maneiras. Começa que o cidadão não está nem aí, quando se trata de política fora de eleição. Para ele, o político é mentiroso vocacional e profissional que, com o tempo, perde de vista a fronteira entre verdade e mentira. O mandato autoriza a mentira. E, como (segundo Joseph Goebbels) não há mentira que, de tanto ser repetida, não fique parecida com verdade, ele se convence de que representa cidadãos e que promove o bem geral.

Este é o conceito dos políticos entre eleitores que votam e saem em férias cívicas entre duas eleições. Político só na próxima. Não é uma boa reputação. Bem podia o Congresso adotar o uso obrigatório de detetor de mentiras pelas CPIs para evitar a farsa que apresenta pecadores vestidos de anjinhos, fazendo primeira comunhão pela TV. Todos se declararam inocentes, a despeito de provas em contrário. Alguns choraram, poucos deblateram, um ou outro finge indignação de que não é capaz por mais de dois minutos. Mas ninguém se suicida, enquanto a Itália já registra oito casos de óbito por livre e espontânea vontade.

Quando começaram os Processos de Moscou (1936/1938), o que centralizou as atenções, assim que passou a surpresa, foi a plena concordância de (praticamente) todos os acusados com as acusações de alta traição. Foram submetidos a julgamento por atacado e fuzilados dois terços do Comitê Central.

Passados 20 anos, o relatório Kruschev pôs os pontos nos is do estalinismo e começou a revisão oficial. Quase todos estão reabilitados, mas justiça póstuma só serve mesmo aos vivos. Não sobreviveu nem a versão segundo a qual aqueles dirigentes com folha corrida da História assumiram no tribunal a culpa pela alta traição a título de contribuição de despedida à causa do socialismo. A realidade não confirmou Arthur Koestler em *O zero e o infinito*. Oficializou-se a versão do acordo secreto dos acusados com os acusados, para salvar as famílias.

A inocência se impõe por ela própria. Tanto assim que o conceito de justiça dispensa-a de apresentar provas, que ficam por conta da acusação. A culpa tem dificuldade em se disfarçar para não ser reconhecida. O ser humano adquire o perfil do que é capaz. Quem acompanhou a CPI pela TV dispensa, por superfluas, as demonstrações de compatibilidade contábil entre bens e ganhos. Evolução do patrimônio? De que adianta? Em caso de aperto, deputado ou senador confessa a prática de sonegação fiscal como se fosse lícita a quem tem mandato. Viu-se de tudo. O que se quer saber é a procedência do dinheiro farto, que desrespeita as conveniências e afronta a classe média. Certas fisionomias atarantadas ao depor eram suficientes para a CPI recomendar a perda do mandato.

Com empresas devendo os tubos, políticos ostentam contas que supõem receita gorda de pessoa jurídica e despesa modesta de pessoa física. Como é que se explicam? Não se explicam esses maus administradores do dinheiro do contribuinte e eficientes gestores do próprio bolso? A lógica do contribuinte ficou mais severa com os políticos que ganham muito dinheiro quando estão no governo ou dispõem de mandato, mas se explicam pouco depois. Tão eficientes nas horas vagas, por que na administração pública só produzem gastos sem retorno?

Já se pode reconhecer que a TV ajuda a democracia, sem jogar palavra fora. Câmera de TV pode praticar o olho (do cidadão) no olho (do político), que não percebe que está sendo visto pelo ângulo que quer esconder. É o grande trunfo. Funciona como aquelas salas com parede de vidro que a polícia usa para fazer o reconhecimento dos suspeitos. Permite ao de fora ver tudo dentro, sem que o de dentro perceba que é observado. Pela TV o cidadão vê sem ser visto. O efeito é devastador.

Essa transparência permite observar sem constrainto à postura de quem se disfarça com diversas máscaras políticas. Se a TV tiver de apresentar currículo para ter reconhecida a sua contribuição à democracia, o que fez nesta CPI é suficiente: é só editar caras de depoentes. Houve algo mais patético que a perda da palavra pelo deputado Genebaldo Correa, diante da última pergunta? Parecia um pesadelo.

O efeito político da TV decorre da circunstância de mostrar ao país todo, ao mesmo tempo, desacanhados de confissão de culpa, a participação muda de Genebaldo, os gestos de inconsistência enfática, as lágrimas artificiais aspergidas sobre o espectador. O choro inconsolável só comove a quem o exercita. Nem os membros da CPI se livraram do ângulo crítico nos momentos de vacilação.

A CPI do Orçamento teve efeito contrário ao processo de Moscou: ressaltou (graças à TV) o comprometimento geral desde o primeiro dia. Muito antes, aliás, se percebia o assalto. Os depoentes confirmaram o que se sabia ou do que se desconfiava.

A inocência e a culpa confirmam ter mais poder de persuasão que advogados de defesa ou promotores públicos. Os dirigentes soviéticos, com folha de serviços e no quadro de honra da História, foram julgados, condenados e fuzilados sem que as acusações contra eles — e por eles confessadas — convencessem como prova. Também não convence a inocência alegada individualmente pelos pilhados em flagrante com a mão no Orçamento. É uma pena que não possam fazer as duas coisas ao mesmo tempo - depor e se ver na TV. Não foi por acaso que um senador baixou da CPI ao CTI quando mais tarde se viu depoendo.